



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	18	794.018	671.443
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(549.077)	(511.065)
Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais		244.941	160.378
Despesas com vendas	19	(148.815)	(118.032)
Despesas administrativas e gerais	19	(61.514)	(37.080)
Outras receitas operacionais, líquidas		11.795	21.212
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		46.407	26.478

	Nota	2012	2011
Receitas financeiras		8.493	2.405
Despesas financeiras		(14.983)	(12.319)
Despesas financeiras, líquidas	20	(6.490)	(9.914)
Resultado antes dos impostos		39.917	16.564
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(10.249)	(1.339)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(3.801)	(3.360)
Resultado do exercício		25.867	11.865
Resultado por ação			
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)	18	11,55	5,30

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E EM 01 DE JANEIRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, cuja atividade é o comércio atacadista e varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos, aparelhos de telefonia celular e conveniência. A Companhia contava, em 31 de dezembro de 2012, com 172 lojas (176 em 2011), atuando nos Estados do Pará, do Amapá, do Maranhão, do Piauí e do Ceará, com o nome fantasia Extrafarma.

2. Base de preparação (a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de junho de 2013. (b) **Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais: • Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda. (c) **Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional da Companhia. (d) **Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 14 - Contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil. • Nota 14 - Classificação de arrendamento mercantil. As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 8 - Impostos diferidos. • Nota 16 - Provisões para contingências.

3. Principais políticas contábeis As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. (a) **Instrumentos financeiros i. Ativos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos

de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda. **ii. Passivos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), saldos bancários a descoberto, fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar. **iii. Capital social** Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio. O excesso de dividendos a serem distribuído é classificado como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido. (b) **Contas a receber de clientes e outros créditos** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços, registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável, e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para devedores duvidosos é constituída pelos créditos vencidos há mais de 180 dias e com base na análise de risco de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação individual do cliente e a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber de clientes. (c) **Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. (d) **Imobilizado i. Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para que estas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de

imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **ii. Custos subsequentes** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii. Depreciação** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10, e considera as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse é o método que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos. As taxas médias ponderadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estimadas são as seguintes:

	Taxa média %
Instalações	10
Benfeitorias em bens de terceiros	5 a 10
Máquinas e equipamentos	8
Móveis e utensílios	8 a 33
Veículos	10 a 33
Equipamentos de informática	20 a 50

(e) **Ativos intangíveis** A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva. **i. Gastos subsequentes** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. **ii. Amortização** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, fundamentada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • **Softwares**: 5 anos ou pelo prazo vigente das licenças. • **Locação de ponto comercial**: 5 anos ou pelo prazo de vigência dos contratos de locação. (f) **Arrendamentos mercantis** A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiro. Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. (g) **Redução de valor recuperável (*impairment*) i. Ativos financeiros** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não te-